

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 04/2015
(Mandato 2013/17)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2015

CONTÉM 17 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 04/2014 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2015 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 00,15 HORAS.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =.....	3
= LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =	5
= APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES =.....	6
= INTERVENÇÕES POLITICAS =	8
= ORDEM DO DIA =	9
= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO =	9
= LANÇAMENTO DE DERRAMA =.....	13
= FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMI =.....	13
= FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS =	15
=LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =	16
= NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS DE 2015 =	16
= RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS = ...	16
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO=.....	17
= ENCERRAMENTO =.....	17



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia vinte e cinco do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no edifício da antiga Escola Primária da freguesia de Infesta, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco e secretariado por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, no edifício da antiga Escola Primária de Infesta, nos termos do disposto no artigo 28º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada pelo edital do dia catorze do mês de setembro do ano de dois mil e quinze. - -----

----- Registou-se a falta de João Paulo da Cunha Alves (PCP), Palmira Ribeiro da Costa (PS); André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD), Luís André Varajão Alves (PPD/PSD), Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD), que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto de Brito Pacheco (PS), José Augusto Viana de Sousa; Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Manuel José Miranda (PS); Elisabete Bernardina Barbosa Gama (PPD/PSD); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); Hélder António de Barros Moreira Pedreira (PPD/PSD); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Maria Rosa Araújo Ribas (PPD/PSD); João Barbosa Cerqueira (PS); Celestino Rodrigues (PS); Manuel Martins Rodrigues (PPD/PSD); Manuel Lopes Fernandes (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD) Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS); António José Pinto Fernandes (PPD/PSD); António José de Sousa Alves (PPD/PSD); David Jorge Pires Saraiva (PPD/PSD); Carlos Manuel Gomes Pereira (PS); Amândio Libério Meireles Pinto (Independente) António Alberto Lebrão Martins Esteves (PS); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); ----

----- Do Presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira - e dos Vereadores: Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Helena Barbosa Ramos Fernandes (PPD/PSD); Maria José Brito Lopes Moreira (PS).-----

O Vereador Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD) não esteve presente. -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Mesa da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão.

----- Participou a substituição dos membros que comunicaram que não estavam presentes:-----

----- Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD), Presidente da União das freguesias de Paredes de Coura e Resende foi substituído por José António Lages Oliveira, Tesoureiro.-----

----- Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Maria Iolanda Cerqueira Pereira.-----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A justificação de falta de José Pereira da Cunha.-----

----- Cumprimentou os presentes, agradeceu a Celso Guerreiro Barbosa, Presidente da Junta da Freguesia de Infesta, pela sua disponibilização para a realização da sessão Assembleia Municipal e passou-lhe a palavra.-----

----- O Presidente da Junta da Freguesia de Infesta deu as boas vindas aos presentes nas instalações da antiga escola primária, edifício agora restaurado, informando não ter sido ainda inaugurado, por as obras não estarem, totalmente concluídas.-----

----- Iniciou a sua intervenção enumerando alguns dos problemas que existem na freguesia:-----

----- Necessidade de novo tapete da Estrada Nacional de acesso a Infesta; da existência de caminhos em terra batida a necessitar de asfalto e que servem algumas habitações: o caminho do monte com 300 metros; do caminho da Portela, o caminho do Brasteiro, a travessa da Tomada; o caminho da Compostela; o caminho dos Salgueiros e o caminho novo de Freixoeiro. Falou ainda de outro caminho com mil e quinhentos metros, que serve vinte e uma casas, orçadas em cerca de sessenta mil euros. Do reforço de pavimento das restantes estradas, todas elas com mais de vinte anos e deterioradas com a passagem do saneamento.-----

----- Lembrou um pedido de colocação de doze candeeiros efetuado há mais de dois anos, que até ao momento ainda não obteve resposta.-----

----- Referiu que mais de cinquenta por cento das habitações da freguesia não têm acesso às redes de saneamento, por se situarem abaixo da conduta ou porque não executaram os ramais à conduta principal.-----

----- Fez referência a um acidente na ponte do lugar da Balsa, que destruiu as grades de proteção e que embora o individuo tenha acionado o seguro a sua reparação ainda não foi restabelecida.-----

----- Por fim, solicitou a intervenção da Câmara para a colocação de ecopontos, solicitados há três anos, à Valorminho, no lugar da Balsa, junto ao estabelecimento de café.-----

----- O Presidente da Câmara saudou os presentes e agradeceu a intervenção do Presidente da Junta de Infesta, referindo que os presidentes das juntas devem defender os interesses das suas freguesias.-----

----- Relativamente aos pedidos respondeu: Em relação à Estrada de Infesta, passa-se o mesmo com outras estradas nas freguesias de Coura, Castanheira, Padornelo, Cristelo. As empresas executam as obras e por razões diversas, algumas não são convenientemente executadas, obrigando ao acionamento das garantias bancárias. As maiores deficiências são a nível de saneamento.-----

----- Explicou a tramitação do acionamento das garantias bancárias e os problemas que essas situações acarretam, sendo que, muitas vezes, são acusados de demasiado zelo do interesse público. No caso concreto da estrada de Infesta, a empresa admitiu a má intervenção. Considerando que essa estrada serve outras freguesias, a Câmara acordou com a empresa para que o interesse da freguesia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fosse salvaguardado. Não obstante, não foi ainda possível executar as reparações necessárias, o que deseja que aconteça com a maior brevidade possível. -----

----- Relativamente às estradas em terra batida e com piso em mau estado, que as opiniões divergem quanto à sua prioridade. Considerou de inteira justiça que se dê primazia às estradas em terra batida, tal como sempre assumiu que seria feito. -----

----- Falou da responsabilidade do Município nos problemas estruturais, no entanto, há pormenores que podem ser da responsabilidade das juntas, no que toca a pequenas reparações, por exemplo, pequenos buracos nas vias. -----

----- Pediu prudência na colocação de candeeiros. Há que dar prioridade aos casos mais prementes. Tem de haver equilíbrio na sua gestão e independentemente da cor, todas as freguesias são beneficiadas, pois tem muitas outras situações de pedidos que não puderam ainda ser atendidas. -----

----- Relativamente ao saneamento, salientou a cobertura extraordinária no concelho. No entanto, há casos onde é muito mais rentável pensar na utilização de fossas com o esvaziamento a cargo do Município a implementar uma estação elevatória, que sirva apenas uma casa. É muito fácil dizer que todas as pessoas merecem estar ligadas, mas há situações muito dispendiosas. -----

----- Por fim, o presidente passou a palavra ao vice-presidente para responder a questões da sua competência: -----

----- **Tiago Cunha:** Relativamente ao acidente de viação, o vice-presidente informou que apenas teve ter conhecimento de um acidente na ponte da Balsa, provocado pela acumulação de água, único que foi comunicado à Câmara Municipal. Caso não seja esse o acidente a que se referia agradecia que lhe faça chegar a informação para averiguar o assunto. -----

----- Quanto aos ecopontos com a existência de diversas casas espalhadas no território torna-se difícil fixar ecopontos em todos os locais. Falou em linhas gerais de uma candidatura que implementará - o PAPERSU- Plano de Redução dos Resíduos Urbanos - que permitirá à Câmara Municipal candidatar-se e apresentar propostas de intervenção para a redução de resíduos urbanos biológicos e triagem de resíduos domésticos. Disse que um dos objetivos fixados foi o de duplicar o número de ecopontos no concelho, já que a lei obriga a cumprir determinadas metas. Neste contexto, disse aguardar a abertura dessas candidaturas para financiamento. -----

= LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =

----- **Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão anterior.**-----

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que foi distribuída a listagem da correspondência recebida. -----

----- O presidente da União das Freguesias de Bico e Cristelo saudou os presentes e congratulou-se com a recuperação do edifício da antiga escola. De seguida solicitou mais informação sobre a resposta

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos CTT à proposta apresentada na sessão da Assembleia Municipal do mês de abril, sobre a distribuição do correio no concelho. O presidente da Assembleia leu a comunicação, que se anexa a esta ata como seu documento.-----

----- Nesta sequência o presidente da Câmara pediu a palavra e informou que reuniu com o chefe da estação dos CTT, de Paredes de Coura, que confirmou o teor do ofício, exceto quanto à distribuição diária do correio. Que a eficiência no serviço de distribuição depende da melhoria de constrangimentos relacionados com a toponímia: os endereços postais devem indicar nomes das vias, números das portas, para além da existência de recetáculos postais. -----

----- Neste contexto, o presidente reconheceu que, para não haver desculpas, há a necessidade de reunir com as Juntas para consciencializar as pessoas destes aspetos e apreciar o sistema de entrega.

----- O presidente da União das Freguesias de Bico e Cristelo informou que o serviço de correio tem vindo a melhorar e a correspondência tem chegado quase diariamente. Considerando estar dentro do período eleitoral, disse aguardar o fim deste período para verificar se a melhoria do serviço se mantém.

----- O presidente da Assembleia submeteu a proposta de ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

----- Os membros Dinis Fernandes Pereira e José António Lages Oliveira, não votaram, por não terem estado presentes. -----

= APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES =

----- Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções. -----

----- **Rosalina Martins** interveio, evidenciando os afetos que a ligam a Infesta. De seguida, assumindo-se fundamentalista no que toca à recolha de resíduos, considerou que todos devem cuidar do ambiente. Mostrou satisfação pelo novo projeto já apresentado pelo vereador Tiago Cunha e alertou para os poucos ecopontos nas freguesias bem como da inexistência de ecopontos para rolhas de cortiça. -- -----

----- Relativamente ao saneamento apelou às Juntas de freguesia para uma consciência coletiva, quanto à ligação à rede. Há ligações por fazer, por dificuldades financeiras, por birras, por opção e porque entendem que deve ser o Município a fazê-las. Considerando o enorme investimento efetuado, a ligação à rede de saneamento deveria ser obrigatória.-----

----- De seguida apresentou um voto de louvor à Câmara Municipal e a todos os que intervieram, nos eventos de verão: Mundo ao Contrário e a inclusão do projeto “Nariz Vermelho”, Festas do Concelho, Cortejo Etnográfico e Festival, pela qualidade da programação e pelo empenho. Anexa-se a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **António Esteves**, presidente da União das freguesias de Bico e Cristelo, intervindo relativamente à moção que faz referência à organização do Festival de Paredes, elogiou o concerto “Vodafone session” no Castro de Cristelo e apelou a que continuem com a “descentralização do Festival” pelos diversos pontos de interesse das freguesias. -----

----- **José Augusto Sousa**: Felicitou o presidente da Junta de Infesta, Celso Guerreiro Barbosa, pelo edifício escolar, pelas vitórias dadas ao PSD e por todas as obras efetuadas na freguesia, não obstante, o escasso investimento. -----

----- Relativamente à moção apresentada, pelos eventos de verão, com a qual concordou, sugeriu a inclusão da empresa Ritmos. -----

----- **Rosalina Martins**, na qualidade de proponente do voto de louvor disse não ter nada a opor à sugestão de José Augusto Sousa. -----

----- **Submetido à votação o voto de louvor à Câmara Municipal e a todos os que intervieram, nos eventos de verão, foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **José Augusto Sousa**: na qualidade de representante do Grupo Municipal do PPD/PSD, apresentou um voto de pesar e reconhecimento pelo falecimento de António João Gonçalves, pelos vários mandatos de presidente da Junta da freguesia de Romarigães, que se anexa a esta e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- **Rosalina Martins**: Apoiou o voto apresentado, demonstrando guardar boas recordações do senhor António. Uma delas, aquando da trasladação dos restos mortais de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional. Na cerimónia, que teve honras civis e militares, e onde estiveram presentes para além do presidente da Câmara, ele, na qualidade de presidente da Junta, referiu, no final, que aquele foi um momento alto da sua vida, talvez o mais importante. Assim, disse que o Partido Socialista subscrevia o voto de pesar apresentado. -----

----- **Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Foi guardado um minuto de silêncio.**-----

----- **Eduardo Daniel Cerqueira**: apresentou um voto de louvor pelo trigésimo aniversário do OUSAM - Organismo Utilitário e Social de Apoio Mútuo, uma das IPSS do concelho, expressando reconhecimento aos seus fundadores, corpos sociais e funcionários, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Recordou Fernanda Coutinho, funcionária administrativa da Instituição, recentemente falecida e fez referência à exposição “30 anos 30 imagens”, aberta ao público, no Centro Cultural, a partir do dia 25 de setembro, no âmbito da comemoração dos trinta anos de trabalho ao serviço da comunidade.-----

----- **António Esteves**, presidente da União das freguesias de Bico e Cristelo lembrou ter vivido a génese da instituição e as pessoas que a conseguiram criar. Enalteceu as famílias que se aliaram ao OUSAM e da meia dúzia que, antigamente apoiava a instituição, hoje recebe o apoio de uma grande parte do concelho. Para além de todas as valências, enalteceu o apoio à terceira idade. Saudou os órgãos sociais e todos os courenses que têm estado empenhados na manutenção do organismo, os colaboradores, funcionários e courenses uns mais e outros menos. Deixou votos de que continuem e não esmoreçam. -----

----- **Submetido à votação, voto de louvor pelo trigésimo aniversário do OUSAM, foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **José Augusto Sousa:** apresentou um voto denominado “Para memória futura” pelo falecimento de Paulo dos Santos Carvalho, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- **António Esteves**, presidente da União das freguesias de Bico e Cristelo, disse que o senhor Paulo foi uma pessoa com quem toda a gente privou. O Partido Socialista vota favoravelmente a moção e disse ser pena que pessoas como ele partam, mas que todos têm de partir, um dia. Além disso, teve o gesto nobre de oferecer documentos e bibliografia ao Arquivo Municipal. A sua memória ficará no Arquivo Municipal. -----

----- **Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Foi guardado um minuto de silêncio.**-----

----- **Cláudia Soares:** eleita pelo PCP - Partido Comunista Português, apresentou um voto de louvor ao Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura pelos excelentes resultados obtidos no ano letivo de 2014/15, que se anexa à presente ata dela fica a fazer parte integrante. -----

----- **José Augusto Sousa:** disse registar com agrado a evolução qualitativa do Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura. -----

----- **Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.**-----

= INTERVENÇÕES POLITICAS =

----- **Ponto n.º 3 – Intervenções políticas pelos grupos municipais.** -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não houve intervenções. -----

= ORDEM DO DIA =

= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **António Esteves**, Presidente da União das freguesias de Bico e Cristelo, em relação à informação escrita disse que esta contém, de forma exhaustiva, a informação recolhida do concelho. Relembrou que se encontram a meio do mandato e que a sua União de freguesias precisa de muita coisa. Exemplificou o problema do ruído das tampas de saneamento. Teve muitas queixas por parte da população, durante o mês de agosto. Pediu a sua resolução, considerando a habilidade dos funcionários municipais na reparação deste tipo de problemas. -----

----- Felicitou o trabalho em prol dos turistas com a loja interativa de turismo, no entanto, alertou para o mau estado de conservação dos placards de sinalização que se encontram nas entradas do concelho, aconselhando a sua reparação ou retirada. -----

----- **José Augusto Sousa** (PSD) congratulou-se com as doações efetuadas ao Arquivo Municipal por José Pereira da Cunha e por Paulo dos Santos Carvalho. -----

----- Chamou a atenção para a atribuição dos subsídios de apoio à natalidade e sua referência nas atas da Câmara números 11 e 17 – como “primeiro trimestre”, o que não corresponde à verdade, no entanto, sublinhou, que o importante é o apoio atribuído. -----

----- Fez o reparo “de não entender como pode haver dificuldade na obtenção de matérias-primas” como justificação pelo atraso de algumas obras, em particular, a obras de melhoramento de piso. -----

----- Perguntou pela prestação de contas da Mostracoura, referente às Festas do Concelho, uma vez que não constam das atas do Executivo. -----

----- Fez menção que na ata número 14, do Executivo, consta uma série de aberturas de procedimentos de concurso para as diversas fases do festival. Perguntou se são aberturas de concurso ou ajustes diretos. Solicitou mais clareza nas informações das atas. -----

----- Relativamente às garantias bancárias disse querer deixar um alerta para uma das táticas das empresas que, para se livrarem das obras, pedem a vistoria, logo após a receção provisória. Detetadas as anomalias, as empresas são notificadas para o seu cumprimento. A empresa não cumpre, obrigando as câmaras à execução das garantias bancárias. As garantias são válidas por cinco anos e o que é expectável é que os problemas não apareçam na receção provisória, mas mais tarde. Fez esta observação considerando a execução da garantia bancária da escola básica, que não está mencionada na ata, o caso da empresa adjudicatária estar em insolvência e entende que esse aspeto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deveria ser tido em consideração, por lhe parecer que a execução da garantia, nesse momento, seria inoportuna. -----

----- Considerou vaga a referência de “fins industriais” nos assuntos relacionados com cedências de lotes, que constam das atas. -----

----- Alertou para a necessidade de reunião da comissão de toponímia. -----

----- Por último, fez referência à reformulação do trânsito na vila de modo a encurtar distâncias, ou seja os quilómetros que se fazem a mais, considerando o impacto económico da medida, nas pessoas e nos taxistas. -----

----- **Presidente da Câmara:** relativamente à intervenção de José Augusto Sousa, disse ter algumas questões pertinentes e outras menos pertinentes. Agradeceu as sugestões para mais transparência nas atas do Executivo. -----

----- Quanto ao melhoramento dos pisos informou que, por vezes, há atrasos, porque surgem problemas quando menos se espera, dando como exemplo a expectativa de abrir brevemente a piscina municipal, que, atendendo a obras do AVAC, tal não se revelou possível. -----

----- Relativamente às contas da Mostracoura e sempre que haja suspeição, de idoneidade e de transparência sugeriu que requeira a documentação, ela será facultada. Porque sempre que o porta voz do grupo municipal do PSD solicitou documentação, foi-lhe concedida. Disponibilizou-se para reunião conjunta com a *Mostra Coura* para apresentação das contas. -----

----- Quanto aos procedimentos dos concursos, da ata catorze, disse que os vereadores do PSD votaram com legal transparência, contestando não entender a que falta de clareza se referia. -----

----- No assunto das garantias bancárias, referiu que em trinta anos de câmara, nunca viu tanta preocupação e intervenção sobre as garantias bancárias. Questionou se será possível encontrar referências às suas preocupações relativamente às garantias bancárias, nas atas do executivo anterior quando José Augusto Sousa era vereador. A partir do momento que este executivo, acionou as garantias bancárias e tenta defender o direito público, a oposição aflora frequentemente esse tema. Mas que quando quiser, pode reunir com os serviços da câmara para falar sobre esse assunto. -----

----- Quanto à Zona Industrial disse ter um objetivo industrial. A Doureca e a Valveribérica vão aumentar os postos de trabalho. Chamou a atenção de que, se já tinha reparado que, num contexto de contração económica, se tem verificado que, no concelho, se criaram mais fábricas e mais postos de trabalho. O objetivo é indústria, é produzir, é satisfazer as encomendas. Que essa é uma boa preocupação. Está-se a criar emprego, postos de trabalho e a desenvolver o concelho, com esforço, trabalho e competência. Quanto ao tipo de indústria, a da Doureca é metalização de plásticos, a da Valver é marcagem industrial. -----

----- Informou que na Zona Industrial de Castanheira já há trabalhadores de Ponte de Lima, graças ao trabalho célere e à luta para que o concelho progrida. -----

----- Em relação ao trânsito na Vila, considerou ser a única intervenção em que reconhece alguma razão a José Augusto Sousa. Considerando os constrangimentos geográficos, contratou técnicos da

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

área, de forma a resolver o problema, assumindo o custo dessa decisão. Mas para resolver o problema dos taxistas, não consegue resolver o problema de todos os outros. Percebe a ideia dos taxistas, no entanto, não foi o primeiro a falar na abertura da rua. No conceito de aproximar as pessoas, fizeram alternativas ao trânsito, diferentes, de verão e de inverno, mas existem constrangimentos na vila, que impossível satisfazer tudo e todos. -----

----- Por fim, mostrou-se aberto a críticas boas e novas sugestões e estar sempre cá para aprender. -

----- **Dinis Fernandes Pereira (PSD)**, na qualidade de docente na Escola EB 2/3 Secundária, fez referência às obras de fundo dos edifícios da escola secundária, que a melhoraram muito a nível exterior. Questionou se estava prevista alguma intervenção, a nível de interior. Falou sobre o conforto e felicitou a vereadora da Educação pelo trabalho efetuado. -----

----- **Presidente da Câmara:** agradeceu a intervenção anterior e disse que o que foi feito não foi mais que a obrigação da Câmara Municipal. -----

----- Informou que a Escola Secundária de Paredes de Coura consta no mapeamento dos investimentos aprovado pela CCDRN, pressupondo a previsão de obras também no interior. -----

----- Congratulou-se com o mérito de todos para o sucesso dos alunos que ingressaram em cursos com médias altas, louvando a entrada de cinco alunos em Medicina. Considerou a educação como o maior fator de nivelamento e da ascensão da sociedade e como principal pilar de transformação e mobilidade da sociedade portuguesa. -----

----- Por fim falou da redução das turmas e de que os municípios de baixa densidade deveriam exigir turmas mais pequenas. -----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Disse não ter tido nenhuma intenção de levantar suspeitas e das questões levantadas não tem nenhuma desconfiança. Sempre que quer ficar elucidado dirige-se à Câmara. Assim, quanto à *Mostra Coura*, não se vê a entrega de contas, nas atas, reforçando não estar a desconfiar de nada. -----

----- Quanto aos concursos também considerou não haver problema algum em relação aos ajustes diretos, mas que essa menção devia constar das informações, porque consta de algumas e de outras não. - -----

----- **Luísa Castro** indagou se pretende o relatório de Contas ou as contas das festas, uma vez que a *Mostra Coura* é uma Associação privada e independente da Câmara Municipal. -----

----- **José Augusto Sousa:** Referiu que tendo lugar ao pagamento de um subsídio a Câmara deve ter em seu poder a fatura/recibo dessa despesa, especificamente, quando se trata de um valor de sessenta e um mil euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em relação às garantias bancárias disse que se consultasse as atas, quer da Câmara quer da Assembleia Municipal, verificava ter falado sobre esse assunto, embora nunca tenha levantado qualquer justificação à execução das mesmas. Agora, apenas referiu, na sua experiência profissional, que o que se tem notado, é a prática das empresas anularem as garantias bancárias e o dono da obra ficar sem garantia para o resto do prazo. No caso concreto da obra da Escola Básica, e menos de um ano depois de ter sido executada, não está referida a razão da execução da garantia bancária, embora saiba o motivo, pois a firma estava insolvente. Reforçou que o seu objetivo era apenas alertar.-----

----- **Presidente da Câmara:** Explicou que o acionamento das garantias bancárias defende os interesses da Município, mas ao executá-las, a Câmara deve reconhecer os direitos das empresas. Disse parecer que José Augusto Sousa defende os interesses das empresas e ele os do Município. Disse ainda, relativamente à sugestão de as empresas terem esquemas, que está atento a isso. -----

----- **Vereador Tiago Cunha:** Referiu que a forma como Jose Augusto Sousa introduziu o tema, levanta algumas suspeitas. -----

----- Explicou que o Governo criou uma lei transitória que permite às empresas, decorrido determinado tempo, após a receção provisória, solicitarem a libertação da garantia bancária do valor caucionado, não se verificando defeitos das obras. Isso não é uma estratégia mas sim uma janela de oportunidade que a lei transitória veio trazer. Disse registar com alguma perplexidade a forma como qualificou este mecanismo legal de estratégia de oportunidade. -----

----- Essa lei, a partir do momento que permite às empresas a libertação das cauções, passado um ano da obra ter receção provisória, as entidades, como o caso da câmara, só tem 2 hipóteses: ou obrigam a entidade a reconhecer os defeitos e executar as obras de correção necessárias ou perdem a garantia bancária. O efeito é automático. Disse ter responsabilidades na câmara municipal e entende que a norma é lesiva do interesse público, mas essa é a sua opinião. -----

----- Em relação à questão particular que José Augusto Sousa referiu, uma vez que fez referência a uma ata, importa clarificar. A ata não é o único documento que vai à apreciação da vereação. Todos os documentos que instruem o ponto são distribuídos no momento da votação, para apreciação se julgar a conformidade. -----

----- Quando as garantias bancárias vão à reunião de câmara todos os vereadores tem acesso a todos os documentos. Portanto se acham que sim votam sim, se acham que não, votam não. Felizmente a votação foi unânime. Disse acreditar não estar em causa a inexistência dos defeitos e acredita que isso é claro. -----

----- Por último, e nesse caso particular, disse terem por norma não falar em casos particulares, para não dizerem que estão a beneficiar / prejudicar alguma empresa. Explicou que essa empresa em particular, sobre as obras da escola básica, foi notificada, foi feita a vistoria na sua presença, foram identificadas todas as deficiências, foram aceites na mesma altura, não havia declaração de insolvência, a empresa estava com capacidade de gestão corrente, as pessoas responsáveis

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assumiram, vincularam-se com um prazo e não cumpriram. Como consequência acionou-se a garantia bancária. Seria até desonesto da sua parte dizer que estão a acionar garantias bancárias de empresas só porque estão falidas, porque não é assim. Deram todas as hipóteses possíveis durante o período que a lei estipulou. Sempre que as empresas não cumprirem, estão cá para cumprir a sua função que é zelar pelo interesse público. E é isso que este executivo via fazer. -----

= LANÇAMENTO DE DERRAMA =

Ponto n.º 2 - Apreciação, discussão e votação de proposta para lançamento de derrama, para o ano de 2016, nos termos do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, de 1,00% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para vigorar no ano de 2016. Propôs ainda que os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros sejam isentos de derrama, para vigorar também no ano de 2016, nos termos nº 10 do art.º 18.º, da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro.-----

----- José Augusto Sousa interveio e disse subscrever a declaração de voto dos vereadores do PSD, com o seguinte teor” -----

----- Décio Guerreiro e Helena Ramos apresentaram a declaração de voto com o seguinte teor: *“Votamos favoravelmente este ponto por considerar importante qualquer redução na participação variável no IRS dos lourenses, no entanto consideramos que o município poderia repensar as possíveis entradas de capital de forma a aplicar a máxima redução nessa participação. Consideramos ainda que este tipo de benefício favorece a fixação dos jovens que vivem cá mas trabalham fora do concelho.”* -----

----- **Submetida à votação, a proposta para lançamento de derrama, para o ano de 2016, supra transcrita, nos termos do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro foi aprovada, por maioria, com 26 votos a favor, sendo 17 do PS, 07 do PSD; 1 independente e 1 do PCP; 2 abstenções e 1 voto contra do PSD (José Augusto Sousa).** -----

= FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMI =

Ponto n.º 3 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2016, em 0,3% para os prédios urbanos já avaliados, e de 0,7 % para os prédios urbanos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI). -----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Propôs que, com base no artigo 183º do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), as famílias com dependentes usufruam de reduções nas taxas de IMI. Que a Assembleia mandate o Presidente da Câmara para aprovar os pedidos que forem apresentados. -----

----- **Presidente da Câmara:** Questionou se José Augusto se está a referir à taxa de IMI para a redução da taxa aos casais, com um, dois, três ou mais filhos. Disse que a medida, em parte, até parece ser interessante e voluntariosa, no entanto, considerou que não resolve o problema das

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pessoas. Iria abranger seiscentos e noventa e um agregados, o que significa uma poupança de nove mil seiscentos e vinte euros, e que daria uma restituição na ordem dos catorze euros, por agregado familiar. É uma medida eleitoralista. O Governo aumenta a carga fiscal das famílias que se torna quase insuportável e esmifra as autarquias, referiu.-----

----- Considerando o recurso da autarquia ao PAEL, com uma dívida exigente e reestruturada, o pagamento ao Fundo de Apoio Municipal, para acudir àqueles que foram descuidados, tendo a Câmara de Coura já pago uma parte na ordem dos setenta mil euros e faltar outra parte desse valor. Disse não poder fragilizar o lado da receita, porque tem de ter recursos, para caminhos, para educação, etc.-----

----- O Imposto sobre Imóveis é cego. Se o Governo quisesse, realmente, um imposto justo tinha em conta os casais que ganham o ordenado mínimo, as famílias que têm idosos a cargo. O Governo deveria arranjar mecanismos mais justos, atendendo às condições e necessidades das pessoas.-----

----- Assim e entendendo que a proposta não avalia as desigualdades nem vai mudar a vida das pessoas, não a vai considerar. Para ficar na mesma, não vale a pena mudar.-----

----- **José Augusto Sousa (PSD)** – Disse que em Paredes de Coura são seiscentos e cinquenta e um agregados familiares, com filhos. Que a medida beneficia quem tem um, dois e três filhos. Que há algo errado nas contas apresentadas pelo presidente. O Código do IMI já prevê algumas isenções para as pessoas que tenham poucos rendimentos. Que, provavelmente, as contas foram feitas, apenas, para os agregados com três filhos.-----

----- Disse ainda que a intenção do PSD é colocar a proposta que apresenta à votação. Não é, sequer, uma competência da Câmara mas da Assembleia. Propõem e a Assembleia pode deliberar. ---

----- **Presidente da Assembleia:** referiu que a Assembleia cumpre o Regimento e o que estava em causa é a apreciação e votação do ponto nº 3.-----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Questionou o presidente da assembleia para indicar, no Regimento, que não podem ser aditados novos elementos à decisão.-----

----- **O Presidente a Assembleia** informou que há pontos que a Mesa não pode intervir.-----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** disse reiterar a posição dos vereadores da oposição, vai votar a favor e para evitar a problemática de uma votação, salientada pelo grupo do PS, o PSD propõe que a Câmara e a Assembleia ponderem a adesão à redução de IMI, aos casais com filhos.-----

----- **Presidente da Câmara:** refere que esse ponto não está na ordem de trabalhos nem poderia estar porque não foi proposto pela Câmara Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Esclarece que os dados foram transmitidos pelas finanças, ou seja, número de agregados com 1 filho – 412 – 10% - poupança € 3 883; agregados com 2/3 filhos ou mais – 258 – valor € 5 000. A poupança sugerida pelo Governo é no total de € 9 626,00. Calculando a média dá € 14,00/família. -----

----- A receita total da taxa de IMI para Paredes de Coura é de € 1 247 478,00. É muito dinheiro mas a proposta apresentada pela Câmara é a de fixar a taxa mínima prevista na Lei. -----

----- Insistiu no aspeto de não fragilizar o lado da receita e de que a Câmara já devolve cerca de quinhentos e cinquenta mil euros ao estabelecer as taxas de IMI no mínimo legalmente garantido. -----

----- Os impostos muitas vezes, não atendem, aos casos mais precisos, além de que estes tem uma ação distributiva social. Não se pode distribuir aquilo que não se tem. -----

----- Foi autorizado, por unanimidade, o prolongamento dos trabalhos, para além da hora de encerramento (24,00 horas).-----

----- O Presidente da Assembleia referiu que de acordo com o artº 12º do Regimento da Assembleia Municipal, no âmbito da apreciação e fiscalização, compete-lhe, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as taxas do município, não tendo, assim, competência para as alterar. -----

----- **Rosalina Martins:** referiu haver um ponto na ordem de trabalhos para votar. Não pode haver outra proposta. Que a Câmara propõe as taxas do município e respetivo valor e a Assembleia não tem competência para as alterar. -----

----- Submetida à votação, a proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2016, em 0,3% para os prédios urbanos já avaliados, e para 0,7 % para os prédios urbanos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI) foi aprovada, por unanimidade, com declaração de voto do PSD, que a seguir se transcreve: -----

----- José Augusto Sousa (PSD) faz uma declaração de voto de que o PSD propunha à Assembleia Municipal a aprovação de uma medida no âmbito do nº 13 do artigo 112, do CIMI, para redução do IMI, aos agregados familiares com filhos. -----

= FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS =

Ponto n.º 4 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2016, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro.-----

----- Submetida à votação, a proposta de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2016, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, foi aprovada por maioria com 28 votos a favor, sendo 17 do PS, 10 do PSD; 1 independente e um voto contra do PCP (Cláudia Soares). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PSD reiterou a declaração de voto da vereação do PSD em reunião da Câmara Municipal de 24-08-2015, que se transcreve. -----

----- “Décio Guerreiro e Helena Ramos apresentaram a declaração de voto com o seguinte teor: *“Votamos favoravelmente este ponto por considerar importante qualquer redução na participação variável no IRS dos courenses, no entanto consideramos que o município poderia repensar as possíveis entradas de capital de forma a aplicar a máxima redução nessa participação. Consideramos ainda que este tipo de benefício favorece a fixação dos jovens que vivem cá mas trabalham fora do concelho.”* -----

=LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

Ponto n.º 5 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-08-2015, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 19-12-2014, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

= NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS DE 2015 =

Ponto n.º 6 - Apreciação, discussão e votação de proposta de nomeação de auditor externo para certificação das contas do ano de 2015, para efeitos do artigo 77º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **José Augusto Sousa:** argumentou que, se no ano passado tinham votado este assunto, não poderia ser feito um contrato plurianual. -----

----- **Presidente da Câmara:** Informou que o contrato para a revisão das contas do Município é prorrogável até três anos, mas a nomeação do auditor é da competência da Assembleia, sob proposta da Câmara. -----

----- Submetida à votação, a proposta de nomeação de auditor externo para certificação das contas do ano de 2015, para efeitos do artigo 77º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro foi aprovada, por unanimidade. -----

= RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS =

Ponto nº 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de renovação da autorização de procedimento concursal para dois postos de trabalho na categoria de técnico superior. -----

----- **Presidente da Câmara:** Recordou que na sessão ordinária de fevereiro foi autorizada a abertura de dois concursos. A autorização era válida por seis meses. Os procedimentos concursais

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estenderam-se para além desse período. Agora, há a necessidade de renovar a autorização a fim de se ultimar os procedimentos. -----

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Disse concordar com a declaração de voto da vereação do PSD, em reunião da Câmara e solicitou a sua transcrição nesta ata: -----

----- “As vereadoras Helena Ramos e Janine Soares apresentaram a declaração de voto com o seguinte teor: *“Em relação à proposta de renovação da autorização de abertura de procedimentos concursais comuns para a admissão de dois trabalhadores da categoria de técnico superior, decidimos abster-nos, apesar de não desconsiderarmos a importância da fixação de jovens courenses e não só em Paredes de Coura. Face ao enquadramento socioeconómico nacional e local consideramos que, seria preferível insistir na efetiva redução de custos com pessoal e dar prioridade a eventuais requalificações internas dos trabalhadores do mapa, que possuam formação adequada ou que a possam vir a adquirir.*-----

----- **Submetida à votação, a proposta de renovação da autorização de procedimento concursal para dois postos de trabalho na categoria de técnico superior, foi aprovada por maioria com 28 votos a favor, sendo 17 do PS, 09 do PSD; 1 independente e 1 do PCP; 1 abstenção do PSD, com a mesma declaração de voto da Vereação do PSD, supra transcrita.**-----

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO=

Ponto n.º 8 – Intervenção do público.-----

----- **Não houve intervenção do público.**-----

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária.-----